

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história*

Arnaldo José Zangelmi¹

Universidade Federal de Ouro Preto

Fabício Roberto Costa Oliveira

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Izabella Fátima Oliveira de Sales

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O objetivo deste artigo é trazer à tona algumas reflexões sobre o conceito de memória, principalmente no que se refere aos fenômenos de esquecimento, silêncio e historicização, e situar essas discussões em relação ao processo vivido pelo assentamento Aruega (Novo Cruzeiro, Minas Gerais). Esse assentamento é fruto da primeira ocupação de terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais, ocorrida em 1988. Aruega passou por uma intensa trajetória de mobilização, enfrentamento e, posteriormente, pela tentativa de integrar-se aos valores locais, situações que influenciaram fortemente a constituição da identidade e memória do grupo. Constituiu-se, assim, uma tendência social focada nas práticas e ideologia do MST, que se direcionou para a constituição de uma identidade de sujeito e, por outro lado, desenvolveu-se também uma identidade vulnerável ao estigma e à pressão social, que salienta a dor e a busca pela harmonia e inclusão no novo contexto cultural regional.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; memória social; identidade.

Abstract

The aim of this article is bring to the surface some thoughts on the concept of memory, especially with regard to the phenomena of oblivion,

* Remembering in Aruega: oblivion, silence and history

¹ Endereço para correspondências: Rua Vereador Roberto Brandão Guimarães, 111, ap. 4, Residencial Bandeirantes, Santana, Mariana, MG, 35420-000 (arnaldozan@yahoo.com.br, izabellaieps@yahoo.com.br e frcoliveira@yahoo.com.br).

silence and historicizing, and situate these discussions in relation to the process experienced by Aruega (Novo Cruzeiro /MG). This settlement is the first fruit of land occupation by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) in Minas Gerais, which occurred in 1988 and went through a trajectory of intense social mobilization, confrontation and subsequent attempt to integrate the local values, situations that strongly influenced the formation of their identity and memory. It was built a social trend based on the practices and ideology of the MST, which is directed to form an identity of subject and, moreover, was built an identity vulnerable to the stigma and social pressure, which emphasizes the pain and quest for harmony and inclusion in the new regional cultural context.

Keywords: Rural settlements; social memory; identity.

Vinte anos da trajetória em Aruega

O assentamento Aruega, situado na cidade de Novo Cruzeiro (Vale do Jequitinhonha/MG) resulta do primeiro processo de ocupação desencadeado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em Minas Gerais, iniciado no ano de 1988. Desde o início, a ocupação provocou grande reação política, social e econômica na região, tornando-se palco de conflitos violentos, tanto do ponto de vista físico quanto cultural. Antes da conquista definitiva da terra, que ocorreu cerca de três anos depois, Aruega sofreu várias tentativas de despejo, sabotagens, intimidações e castigos físicos.

Tal processo, inicialmente conduzido pelo MST, desenvolveu-se desde uma tentativa de trabalho coletivo, cultura política participativa, conflito de classe, até uma fase posterior, em que esses fatores foram redimensionados pelas próprias demandas dos assentados. Nesse sentido, surgiram núcleos sociais com perspectivas distintas para a ocupação: uma mais próxima da ação militante do MST e outra direcionada para a inclusão social no contexto regional. Essa divisão propiciou a existência de identidades e memórias distintas. Cabe, então, para bem compreender esse processo, esclarecer o conceito de memória e suas dimensões na atualidade.

Memória social e identidade

Atualmente, a ação de lembrar tornou-se alvo de grandes preocupações de amplos setores da sociedade. Essa situação é nítida, principalmente, quando se atenta para as crescentes políticas públicas patrimoniais. No entanto, apesar dos avanços, a memória ainda é, em grande medida, palavra de ordem vazia de significado preciso, o que demanda esforço conceitual e empírico que permita o entendimento mais claro desse fenômeno.

A memória, segundo as interpretações mais recentes, é um fenômeno *seletivo e ressignificante*. Cada pessoa lembra-se do passado pela “lente” de suas preocupações do presente. No momento de acessar sua memória, de dar sentido a seu passado, o sujeito tem uma carga de referências atuais que moldam sua perspectiva sobre sua lembrança, seleciona e ressignifica o que será lembrado (BOSI, 1979). Dessa forma, para entender bem a memória de um indivíduo, é preciso conhecer suas preocupações, seu cotidiano, suas referências, coisas que estão fortemente ligadas à integração social e à relação de cada grupo com sua memória específica (HALBWACHS, 1990).

Abordada por várias ciências – que vão desde a biologia, passando pela psicanálise, filosofia, até a história, antropologia e sociologia – o conceito de *memória* percorreu um longo caminho. Para Bérghson (1999), que acompanha concepções advindas dos primórdios do pensamento sobre esse conceito, a memória seria um fenômeno basicamente individual, a intuição de um passado limitado à consciência. Com perspectiva diferente sobre o assunto, Halbwachs (1990) demonstra as influências sociais da formação da memória.

Halbwachs, autor influenciado pelo pensamento de Durkheim, considera que a memória é um fenômeno construído socialmente no presente. Segundo ele, o que uma pessoa lembra não é o que realmente ocorreu, mas sim uma construção que se atualiza de forma contínua. A lembrança seria uma representação criada no presente, de acordo com as referências, significados e preocupações atuais. As características do presente que mais influenciariam a formação da memória, como salientado, adviriam da socialização do indivíduo. Halbwachs (1994) conceitua os *quadros sociais de memória*, que seriam os grupos sociais nos quais os indivíduos dividiriam e alimentariam uma simbologia comum, por meio do próprio mecanismo de socialização. Dessa forma, cada grupo teria uma memória específica, ligações fixas entre suas referências sociais e o que seus integrantes lembram.

Lembrar seria uma atividade coletiva relacionada tanto com o outro quanto consigo mesmo.

A memória individual seria a síntese entre as influências dos diversos grupos aos quais o indivíduo estaria integrado. Na sociedade de hoje, em que vários grupos sociais distintos convivem de forma mais dinâmica e intensa, as memórias individuais podem ser fruto das mais diversas combinações e arranjos entre grupos. Uma pessoa pode ser de um grupo religioso, trabalhar numa fábrica de automóveis, estudar em uma universidade e jogar futebol no time do bairro. Todos esses focos de socialização influenciam a memória do indivíduo, geram diversidade entre as memórias individuais, pois dificilmente se encontram indivíduos com as mesmas experiências de socialização.

Nesse mesmo sentido, percebe-se que a relação entre os grupos também é um elemento importante para a constituição da memória. Para Pollak (1992), “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros [...] por meio da negociação direta com os outros” (Ibidem, p.204). Dessa forma, memória e identidade não são elementos essenciais, mas sim frutos de relações entre os grupos, ou seja, “valores disputados em conflitos sociais e intergrupais” (Ibidem, p.205).

Sendo assim, a memória de um grupo segue certos padrões de relações que passam principalmente pela valorização do grupo em relação ao restante da sociedade, num constante processo de *negociação* entre as forças sociais. Essa valorização pode ser expressa de diversas formas, como na busca pela coerência interna do grupo, na valorização das especificidades do grupo, na denúncia de injustiças sofridas pelo grupo etc.

A ligação entre memória e identidade foi também salientada por Pollak (1992). Ele dispõe três elementos básicos para a construção da identidade: a unidade física, a continuidade temporal e a coerência de um grupo. Pelo valor da memória para esses elementos, o autor demonstra a relação íntima existente entre identidade e memória:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Ibidem, p.204).

Esquecimento: estamos perdendo a memória?

Segundo algumas perspectivas, a modernidade passa por um processo contínuo de amnésia coletiva, em que a sociedade perde sua ligação com o passado e sua capacidade de lembrar socialmente.

Bosi (2003), valendo-se de parte do pensamento de Benjamin (1987), salienta o fato de vivermos um tempo vazio, morto de significação, no qual nossa possibilidade de lembrar está enfraquecendo. A dissolução da memória seria fruto do surgimento da sociedade industrial, que é burocrática, impessoal, vazia etc. “É a perda do dom de narrar” (BOSI, 2003, p.24). Segundo essa autora, “a sociedade industrial multiplica horas mortas que apenas suportamos: são os tempos vazios das filas, dos bancos, da burocracia, preenchimento de formulários” (Ibidem).

Esse processo resultaria também na perda da percepção, pois nele “as coisas aparecem com menos nitidez dada a rapidez e descontinuidade das relações vividas; efeito da alienação, a grande embotadora da cognição, da simples observação do mundo, do conhecimento do outro” (Ibidem). Bosi postula também que “a perda do dom de narrar é sofrida por todas as classes sociais; mas não foi a classe dominada que fragmentou o mundo e a experiência; foi a outra classe que daí extraiu sua energia, sua força e o conjunto de seus bens” (Idem, p. 25).

Nesse mesmo sentido, Jeudy (1995) enfatiza que a sociedade em que vivemos sofre um processo de perda no sentido da existência. Esse fato está ligado à perda dos elementos culturais autênticos que formam a identidade. Como Bosi (2003), ele atribui esse processo aos elementos trazidos pela industrialização. A memória, nessas perspectivas, está se diluindo na modernidade.

Silêncio e memória dividida

Apesar desse processo de “perda da memória” ter grande valor analítico para nosso tempo, não se pode deixar de lado outras formas que a memória encontra para se articular, principalmente, em relação a grupos relativamente afastados do mundo industrial. Os camponeses, por exemplo, quando comparados aos trabalhadores urbanos, podem guardar especificidades importantes, como autonomia sobre seu trabalho, distância da temporalidade controlada rigidamente pelas fábricas e maior possibilidade de construção de sociabilidades face a face.

Nesse sentido, a noção de *silêncio*, trabalhada por Pollak (1989), fornece elementos importantes para compreensão mais completa da relação da sociedade com seu passado. Esse autor alicerça suas reflexões em pesquisas sobre a memória dos campos de concentração da Segunda Guerra e enfatiza a existência de uma memória subalterna, que se transmite “via silêncio”.

Essa memória – impossibilitada de se exprimir publicamente, clandestina e diferente da memória oficial – transmite-se oralmente por entre os núcleos familiares e de amizade. Ele salienta que “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Ibidem, p.5).

Como postulou Pollak, essa memória oculta – muitas vezes recheada de culpas, traumas, vitimizações, angústias, vergonhas – gera ambigüidades frente à memória oficial. Essas “lembranças vergonhosas”, “indizíveis”, movimentam-se de forma angustiante, por não encontrar uma escuta, não poder ser exteriorizadas.

Essa memória, para ser suprimida, passa por um processo de “enquadramento da memória”, no qual é ocultada por um quadro de referências que visa à justificação, na dinâmica política da sociedade. Esse enquadramento alimenta-se do material fornecido pela história e é articulado num sem-número de referenciais no jogo de forças políticas, na busca pela coerência no discurso. Esse processo é levado a cabo por “atores profissionalizados”, profissionais da história das organizações. Eles estruturam o discurso, padronizam, selecionam seus principais expositores etc. (Ibidem).

No entanto, como esse autor salienta, muitas vezes, as tensões, não encontrando fortes referências nessa memória enquadrada, extrapolam, ganham visibilidade e força. Isso ocorre, principalmente, pela rearticulação do jogo de forças e mudança na realidade política dessas pessoas. Nesses momentos de crise, a ligação original com o passado pode ser rearticulada.

Porém, mesmo em estado latente, essa memória também tem uma função importante, pois:

Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si mesmo – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente. [...] Um passado que permanece mudo é,

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

muitas vezes, menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação (Idem, p.13).

O indivíduo, como descreve Pollak, controla como pode a tensão entre o oficial e o subalterno, num “equilíbrio precário”, muitas vezes, vê-se em contradições e impasses. Surge, muitas vezes, com relação às culpas e vergonhas transmitidas via silêncio, forte desejo de retomar uma “vida normal” e fazer “boa figura”, chocando-se com a perspectiva estruturada pela memória oficial.

Nesse mesmo sentido, Alessandro Portelli (2002) se propôs a compreender a memória sobre o massacre em Civitella Val di Chiana, uma pequena cidade da Toscana, Itália, que ocorreu em julho de 1944. Esse massacre, ao que tudo indica, foi uma retaliação pelo assassinato de três soldados alemães por membros da Resistência, em Civitella, alguns dias antes.

Portelli recupera o conceito de “memória dividida”, ao enfatizar a existência, entre as pessoas de Civitella, de duas memórias. Uma é a memória oficial, que comemora o massacre como um episódio da Resistência e considera as vítimas mártires da liberdade. Essa memória da Resistência, da esquerda, encontra-se também em disputa com outras memórias oficiais, como a do Estado, resultando, muitas vezes, em comemorações distintas. A outra é uma memória criada e preservada pelos sobreviventes, focada no luto, nas perdas pessoais e coletivas. Ela nega a Resistência e culpa os membros por um ataque irresponsável, que gerou a retaliação alemã. Essa memória encontra-se na tensão entre, por um lado, o desejo de silenciar, esquecer e, por outro, a necessidade de se expressar.

Portelli (Ibidem) salienta que outros pesquisadores, identificando-se com o luto de Civitella, consideraram essa segunda memória inexprimível, fechada totalmente em si. No entanto, ele acredita que o “indizível é dito” e outras experiências são postas para a interpretação. Nesse sentido, ele acrescenta que essa memória é formada no decorrer de inúmeras ocasiões narrativas. Portanto, relacionam-se os fatos e suas construções narrativas, procurando compreender suas articulações e contradições em diferentes formas de lembrar.

A esquerda, na memória não oficial de Civitella, é vista como algo que prejudicou a quietude, injetou conflito, atrapalhou a ordem natural das coisas,

que é os fortes dominando os fracos. Esse rompimento é responsabilizado pela tragédia. Essas pessoas não negam os ícones da Resistência italiana, mas criticam seus membros locais, não consideram que eles foram atores de libertação.

Essa “memória comunal” considera grande virtude por parte dos que morreram o fato de não terem feito nada contra os alemães. Esses inocentes não-políticos são vistos como os verdadeiros mártires.

Portelli acrescenta que essa memória trata os alemães como “feras”, irracionais, naturalmente ruins, o que de certa forma os absolve, tira-lhes a responsabilidade ao considerar isso “fato natural”. Nesse sentido, é muito frequente também, nessa região, o mito do “bom alemão”, que se arrepende. A Resistência, diferentemente, não se arrependeu.

Os mitos, essas histórias exemplares, são importantes na articulação dessa memória. Portelli identifica-os pelas contradições com os fatos narrados pelas pessoas que viveram a situação mais de perto. No entanto:

[...] um mito não é necessariamente uma história falsa ou inventada; é, isso sim, uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não), transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura (Ibidem, p.124).

Memória, História e Razão

Outro fenômeno da articulação da memória, além do esquecimento e da ocultação, trata de sua “conversão”, típica da modernidade, para os parâmetros próprios da história como conhecimento. Vários autores salientaram essa situação, demonstrando o crescente processo de mudança de nossa relação com o passado, que passa, em várias esferas, da memória para a história.

Halbwachs (1990) considerava que a história entra em cena para “salvar” a memória quando ela está em decomposição. Conforme as lembranças fossem deixando de existir – no processo de dissolução dos grupos, dos “quadros”, que as sustentavam – a história incorporaria essas reminiscências no âmbito específico de seu discurso. Sendo assim:

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

A história, sem dúvida, é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens. Mas lidos em livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são escolhidos, aproximados e classificados conforme as necessidades ou regras que não se impunham aos círculos de homens que deles guardaram por muito tempo a lembrança viva. É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (Ibidem, p.80).

No entanto, para Halbwachs, a história tentar reproduzir a memória é inútil, pois a vivacidade da memória, em seu contexto social, já se perdeu.

Outro ponto importante é que esse autor, ao ver a conversão da memória em história, situa esse processo em termos de “reprodução”, de “compilação”, ou seja, as lembranças seriam incorporadas à história sem trabalho crítico desmistificador, apenas numa outra forma de organização e transmissão.

Nesse ponto, o trabalho de Pierre Nora (1993) é importante. Ele, retomando parte do trabalho de Halbwachs, demonstra a forte oposição entre memória e história. A história teria um criticismo destruidor da memória, que, por isso, transformaria as lembranças em objeto do conhecimento histórico, distanciando-se da idéia de “compilação”, de Halbwachs.

Nora parte da afirmativa de que, atualmente, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (Ibidem, p.7). Nesse sentido, estaríamos vivendo, como situou Hannah Arendt (2001), a percepção do rompimento moderno com o passado. Para ele, existem “lugares” de memória porque não existem mais meios sociais de memória.

Ele parte da constatação de que esse fato está associado a um processo maior, de mundialização, massificação, democratização, elementos esses que provocaram a dissolução das “sociedades-memória”, a dilatação da percepção histórica para a sociedade e a mudança constante na aceleração dos tempos.

A exemplo de Halbwachs, ele considera que a memória é a repetição constante, a presença espontânea do passado no presente, que não necessita do esforço de fixação. Quando surge essa necessidade, é porque a memória já está se diluindo irreversivelmente. A memória verdadeira não é preservada, é vivida. Como no “cemitério” metaforizado por Halbwachs (1990, p.55),

Nora (1993) considera que reservamos espaços específicos para a memória quando ela morre. Para ele, o que hoje chamamos de memória já é história. A memória verdadeira, social, foi transformada pela história. A maior prova disso é que hoje a vivemos como um dever, com suportes exteriores, e não mais espontaneamente.

A memória é “sempre suspeita para a história” (Ibidem, p.9). Nesse sentido, Nora (1993) demonstra como a história exerce efeito corrosivo na memória, olhando-a não como fonte de referência, mas sim como mito a ser explicado, entendido racionalmente e cientificamente, ou seja, a história transforma a memória em objeto do conhecimento e tira sua fluidez e vivacidade social. Sendo assim, para Nora (Ibidem), o papel da historiografia tem sido identificar a influência da memória sobre o trabalho do historiador, tentar separar a memória da história ao máximo, para transformar a história em uma ciência social.²

Nessa perspectiva, vários fatores, além dos já salientados, opõem a relação com o passado da história e da memória, como salientou Wehling e Wehling (1997): A memória tem tempo vago, indefinido, enquanto a história depende de uma fixação clara da temporalidade. A memória seria o espaço do *mito*, a história, o do *logos*, a memória é repetitiva, a história cognitiva; a memória circula por um evento axial, a história em torno de uma questão; etc. Nesses parâmetros, memória e história encontram-se em constante tensão, interpenetrando-se.

Para Nora (1993), nosso culto atual pelo passado, pelos vestígios, pelo arquivo, é o reflexo de nossa crescente percepção do rompimento com o passado e a tentativa de reatar esses laços perdidos. Os arquivos e os documentos são “o estoque material de o que é impossível lembrar” (Ibidem, p.15). Essa “perseguição organizada e voluntária de uma memória perdida” é como uma “prótese”, que “dubla o vivido”, mas não reata a espontaneidade que está na própria essência da memória. Isso apenas demonstra o “terrorismo de uma memória historicizada” (Ibidem, p.17).

Nesse processo, também surgem os “lugares de memória”, espaços que – sendo uma referência simbólica, material e funcional – são reservados para que a memória seja protegida e vivida em seus significados dinâmicos e sua temporalidade específica. Eles são resíduos da memória, que vivem no abismo do esquecimento e da historicização.

² Note-se que tanto Halbwachs quanto Nora descreveram o conhecimento histórico que visavam a superar. O primeiro analisou a história do século XIX, que foi calcada na construção da identidade dos Estados-nação e na compilação e narração dos feitos políticos dos grandes heróis, num caráter reprodutivo da memória. Já o segundo descreveu a história como ciência social, que prevaleceu, dentre outros, no pensamento da Escola dos Annales, direcionada para a desconstrução a memória.

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

Hugo Lovisoló (1989) trabalha a questão da contradição moderna entre memória e razão. Analisando, em uma de suas faces, a perspectiva pedagógica moderna, ele demonstra como ela vem de um processo calcado na oposição entre memória e entendimento. Nesse sentido, essa tendência constituiu-se, em grande medida, pela superação da memória pela crítica, pela lógica da descoberta e do discernimento. A memória, nessa perspectiva, seria um empecilho à formação do indivíduo autônomo e racional. Seria também um empecilho para o “pensar por si mesmo”, para a mudança, para a revolução, para a reforma da sociedade, ou seja, um empecilho para romper com a tradição.

Ao mostrar que essa perspectiva, a “iluminista”, só compreende uma das “asas da dobradiça” da autonomia – pois há outra face da liberdade, que resulta da valorização “romântica” da memória e da identidade – Lovisoló (1989) demonstra como essas contradições podem gerar uma interpretação mais ampla da natureza complexa da sociedade. Nesse sentido, ele pensa na possibilidade de constituir a mudança, levando-se em conta a desestruturação dos elementos sociais sustentados pela memória e pela tradição. Sendo assim, ele fala sobre a possibilidade de se transmitir a memória de maneira “ativa”, ou seja, “o respeito ao hábito deve ser produto do discernimento” (Ibidem, p.26). Naturalmente, segundo ele, essa perspectiva não está livre de contradições:

A imagem, em Danton, e a revolução de Robespierre batendo na criança para forçá-la a memorizar a declaração dos direitos humanos é paradigmática da condição pedagógica – que deve conciliar contradições – retomando a vontade rousseuniana de obrigar os homens a serem livres ainda que contra a sua vontade (Ibidem).

A memória em Aruega

Cabe, agora, demonstrar como essas reflexões contribuíram para a compreensão da memória em nosso caso específico. Essa memória está fortemente ligada ao processo de constituição identitária de Aruega, que encontrou no processo de ocupação da terra um ponto central.

O processo de mobilização social trazido das experiências anteriores do MST no sul do País desencadeou, em grande parte dos assentados, a constituição de uma identidade reflexiva, para a qual é possível controlar o futuro por meio da organização de projetos, individuais e coletivos. Essa identidade foi fundamental para várias conquistas em Aruega e permitiu aos camponeses tanto criticar elementos de sua identidade anterior quanto redimensionar as formas de organização típicas do movimento, no sentido de dar maior vazão a sua busca por espaços de sociabilidade, vida comunitária e reconhecimento social. Num segundo momento – com a diminuição dos trabalhos de fomento organizativo e a saída dos excedentes e dos principais mediadores do MST – Aruega ficou mais vulnerável à estigmatização³ por grande parte dos moradores de Novo Cruzeiro⁴, acentuando-se, em parte dos assentados, um processo de negociação identitária com tendência à harmonização em relação à política tradicional e aos valores locais. Essa trajetória constituiu focos identitários e memórias distintas, relacionadas tanto com o afastamento do MST quanto com a proximidade cotidiana em relação à cidade de Novo Cruzeiro (ZANGELMI, 2007).

Esses diferentes focos identitários geraram divisões na memória de Aruega. Os assentados mais próximos da dinâmica e organização do MST articulam uma memória que os situa como fortes, transformadores da sociedade, pessoas que rejeitaram o estigma, sem negar sua existência atual. Já os mais afastados tendem à vitimização, vergonha, culpa, e reforçam o sofrimento pelo estigma da ocupação, mas ocultam o estigma atual num sentido de harmonização para facilitar a inclusão social.

Alguns momentos são emblemáticos dessas diferenças. A memória dos fortes, ativos, fica clara em sua seleção narrativa de momentos vitoriosos e grandiosos durante a entrevista, como no caso em que os assentados expulsaram os policiais do assentamento nas tentativas de despejo:

³ Desde o início da ocupação, os assentados sofreram forte repúdio dos moradores da região, sendo sistematicamente associados às idéias de ilegalidade, baderna, roubo, promiscuidade, violência etc., imagem que influenciou fortemente a constituição de sua nova identidade, tanto individual quanto coletivamente.

⁴ O estigma se apresentou mais forte por parte dos moradores da zona urbana de Novo Cruzeiro, principalmente daqueles que não usufruem a estrutura do assentamento, permanecendo mais distantes. As comunidades rurais próximas de Aruega, que muitas vezes interagem na escola, nas festas, na igreja etc., demonstram tendência maior de reavaliar suas perspectivas iniciais e estabelecer laços mais estreitos.

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

– Nós já tinha jogado uma tora de pau lá no rumo daquela cachoeira, nós atravessô uma tora de pau que carro não passava. Ad'onde os carro chegô, parô tudo em cima da tora de pau e desfuncionô o carro. [...] **Nóis fazia funcioná, funcionava sim!** [risos]. Aí eles pegô e sortô... espirrô um gás num colega meu, num colega nosso aqui do assentamento. **Quando espirrô gás na cara dele, ele tava com uma toalha já, moiada, ele cobriu o rosto e sentou a foice. Sentou a foice e o comandante puxou o policial. “Sai debaixo de foice, desgraçado! Se não ele te mata”.** Aí jogô ele pra trais. [risos].

– Não pegou nele não, né? [pergunta do entrevistador]

Não pegou porque o comandante puxô ele duma veis. Na hora que a foice suspendeu, o comandante puxô ele. E na frente ad'onde que eles tava... Os carro ficava parado na frente da tora de pau. **Pegava dez homem e falava “Vamo jogar lá naquela cachoeira!” E suspendia o carro e os cara dentro do carro: “Não! Não fais isso não!”.** Foi de ré aqui da escola até atravessô aquele córrego, onde mora aquela primera casa. Foi de ré, eles impurrano. Não pois pra funcioná não. Fomo impurrano de mão! [risos]. (CV, 62 anos, assentado, 8 jul. 2005)

As pessoas mais afastadas da dinâmica organizacional do MST só se remetem vagamente a esse episódio, sem riqueza e fluidez narrativa. Essas pessoas narram mais os momentos de dor, angústia, medo, insegurança, vergonha, estigmatização etc. O abandono de panelas no fogo e a correria quando se dava o sinal de que a polícia estava chegando estão presentes em muitos depoimentos. Também o medo e a insegurança, quando passavam os helicópteros e quando os policiais entravam no assentamento, permeiam suas lembranças do passado:

Aqui nós num tinha sossego nem pra dormi, nem pra comê. Quando a gente tava pensando assim que tava sossegado, o povo vinha com a notícia: “Hoje vai te despejo. Hoje vai te despejo e você vai te que ficá prevenido”. Então, a gente tava com as panela no fogo e precisava... Nem ânimo a gente tinha mais pra comê, né? Naquela hora... a polícia entrô aqui duas vezes, né? (MA, 30 anos, assentada, 28 out. 2006)

Foi muito ruim. Muita pressão em cima da gente. O policial entrava ai... é... queria que a gente saía de qualquer jeito. [...] Colocô um policial lá pra pirsigui a gente, né? Ai, moço, a gente tava aqui sem esperá nada, os policial entrava tudo aqui. E as pessoa ficava [lá fora]. Queria sabê um tanto de coisa. Quem [trata-va] de nós e não sei o quê [...]. Ficava investigano de todo jeito. (EV, 53 anos, assentada, 6 jul. 2005)

Essas pessoas relataram também os momentos de humilhação, em que os policiais sujavam a água e impediam a chegada de alimentos, além dos momentos extremos de violência policial. Um exemplo foi a agressão feita a um integrante da ocupação vizinha, que foi friamente colocado nu sobre um formigueiro pelos policiais. A memória corajosa e forte só remete vagamente a esse ocorrido e, quando se questionava sobre esse assunto, era evasiva. A vítima guia essa narrativa com riqueza de detalhes:

As polícia pegô arguém, tirava a ropa deles, colocô os companhero em cima do formigueiro, tá. Pra furmiga mordê... E judiava mesmo! Atacava mesmo! Depois eles pegô, num achô bô, não, veio e... ficô lá mais o povo do acampamento. E o povo usava a água do córrego, né? Aí eles ia lá na cabecera da água e fazia sugera [...] É. Jogava papel higiênico, jogava papel, né? pra infectá a água... (EV, 53 anos, assentada, 6 jul. 2005)

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

Nos depoimentos dessas pessoas mais afastadas do MST nota-se também maior angústia em relação à pouca produtividade da terra – acidentada e com proteção ambiental – e pela forma como foi dividida. A medição dos lotes foi feita recentemente e parece que esses assentados, nessa conclusão do processo, não consideram que suas expectativas foram totalmente satisfeitas. Saliem sempre que sua vida melhorou muito, mas poderia ser melhor:

Oh moço, não foi feito tudo certo porque o lugar num tem como! Se os pais constrói a casa deles, mas pra contruí a casa do filho já tem dificuldade, porque o local num... num complementa bem, né? [...] Porque a gente quando tá di idade a gente é mais dificultoso pra gente trabalhá em lugar acidentado, né? chapada, laderada... terra solta, encascada... Num tem como a gente adubá a terra. Então eu fiquei com mais chapada do que terra baixa. **E eu ainda, no mapa que a gente fizero pra conquista da terra, o direito de cada um, gente fizero que ficava uma posição que ninguém ficava explorado, cada qual tinha um direitinho. E todo mundo lutô pelo chão, todo mundo precisava te o direito, né? Mas infelizmente Aruega não complementô todo mundo da maneira que é possível não. [...]** Uma árvore pode te quinhentas foia, mas se nós é quinhentos companhero, eu desejo uma foia pra cada um. **E às vezes tem companhero que eles teno duzentas foia pra eles, o resto pode ficá sem nada!** Se tem essas quinhentas e tira duzentas, ficô poça, né? Alguns ficô na mão, sem nada. Então, a gente tem dificuldade é por isso [...]. **Mas eu acho que de agora pra frente, cada um teno a sua terrinha, a gente espera que a gente vai se respeitado, né? De cada companhero e dos otro amigo particular que acha que a nossa luita valeu a pena e é possível de se coisa importante.** (LD, 50 anos, assentada, 29 out. 2006)

Nesse depoimento, LD – diferentemente dos mais próximos da organização e dinâmica social – dá indícios de que não está totalmente satisfeita com a escolha e a divisão das terras. Porém, salienta que a divisão das terras é um elemento fundamental para a conquista do “respeito”, inclusive por parte dos “amigos particulares” de fora do assentamento, pois isso, pode reforçar para essas pessoas que a luta valeu a pena. Pontos como esse podem remeter a um processo de negociação identitária, no qual a posse “normal” – ou seja, separada, independente – da terra pode ser elemento fundamental.

Narrativas, similares à do “bom alemão”, retratada por Portelli (2002), também são várias entre as pessoas menos mobilizadas. LD conta sobre um policial que, por também ser um “filho”, salvou-a de uma rajada de metralhadora:

Quando ele levô o dedo no coisa assim da espingarda que ele ia pegá tudo assim no meu pescoço, ia decepá até o pescoço fora, [...] No falá o que eu falei. Eu falei: “Ocê num mata! Por que se ocê for fio de uma mãe que dói no coração ocê não mata os fio das mãe!”. Eu falei bem assim! Quando eu falei assim a outra polícia veio e bateu no cano da metralhadora. A bala foi no chão, desse tamanho [faz sinal de, aproximadamente, cinco centímetros, com os dedos da mão]. Se entrasse aqui ni mi decepava o pescoço! [...] (LD, 50 anos, assentada, 29 out. 2006)

O fato de essa memória transformar as ações dos opositores da ocupação em “fato natural”, como demonstrou Portelli (Ibidem), também ocorre em Aruega quando esses assentados relatam que as pessoas de Novo Cruzeiro não tiveram culpa pela discriminação, pois “Aruega era o primeiro de Minas. Não tinha como eles entenderem”. Os mais ligados à mobilização do MST tendem, com viés de enfrentamento, a ver a ação de Novo Cruzeiro como luta por interesses, luta de classe, alienação etc. Esses não consideram que Novo Cruzeiro foi absolvida, não a olham como inocente, medrosa etc. Os que eximem Novo Cruzeiro por seu estranhamento, esforçam-se, várias vezes, para justificar o preconceito:

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

Que num sabia, né? Foi a primera ocupação de Minas Gerais, né? A primera que teve foi essa aqui. Eles ficava tudo assustado, quando a gente ia eles ficava tudo assustado com a gente. Se pensasse, assim, se pensasse às vezes da gente levá lá uma criança pra consurta e não desse tempo da gente vim embora, tivesse que ficá durmino lá, tinha que falá com o padre, por que, não seno o padre... e o sindicato, ninguém... Eles tinha o maió medo da gente! Agora hoje em dia não. Hoje em dia todo mundo já conhece, todo mundo... (EV, 53 anos, assentada, 6 jul. 2005)

A gente foi muito massacrado, a gente foi muito sofrido. Inclusive nós foi muito atacado de policial, porque naquele tempo aqui em Minas era a primera ocupação que de organização que teve, né? Quando foi estabelecido foi uma coisa muito estranha. Então viero muitos conflito contra a gente, né? (LD, 50 anos, assentada, 29 out. 2006)

Também é evidente que a questão da legitimidade da conquista da terra varia entre essas duas memórias. Por um lado, alguns assentados consideram a ocupação da terra justa pela expropriação que os camponeses sofreram, pela necessidade da reforma agrária e pela má distribuição da terra, fortemente alicerçados no antagonismo de classe. Nesse sentido, eles salientam em suas lembranças a opressão dos fazendeiros, a organização da UDR, o êxodo rural etc. Em outros, a vergonha ganha relevo e se tenta amenizar sua atitude, com tom de impotência, pelo fato de a terra ser devoluta, terra “sem dono”, que o dono não está dentro da lei. Nesse sentido, salientam suas lembranças sobre a ênfase que os mediadores deram ao fato de a terra não ter dono, das dúvidas que ficaram se isso seria legal etc., como está claro neste depoimento:

Eles falava assim, né, que o Movimento Sem-Terra lutava por um pedaço de terra pra quem num tinha, né? E que essa terra era devoluta,

que num era ocupada com nada. E que era terra, assim, mais do Estado. E que a gente pudesse vim que num tinha problema, que o fazendero não tinha a documentação dela, num pagava imposto. Aí pegô e a gente veio. (GE, 50 anos, assentada, 30 out. 2006)

Como salientado, os mais ligados à lógica do MST têm perspectiva diferente sobre a legitimidade da conquista da terra. O depoimento de NT é emblemático nesse sentido, pois enfatiza o antagonismo de classe, na “garra do patrão”, e a legitimidade da conquista da terra ligada aos problemas das desigualdades sociais:

Eu acho que é o que tá seno feito, né, **precisa de tá mesmo ocupano essas terra improdutiva...** Não só as improdutiva, as produtiva também que tivé disocupada. E vamo, no dia-dia trabalhano e colocano o povo pra ocupá mesmo essas terra. **Porque enquanto tivé na garra do patrão, ou só viveno hoje, tem emprego, amanhã não tem. Então nada muda não.** Eu acho que só vai mudá memo quando todo mundo tivé teno um emprego, todo mundo tivé teno uma terra, quem gosta de trabalhá na terra. E eu acho que com o tempo **pricisa dá um basta nisso, nessa desigualdade que tá aí.** (NT, 52 anos, assentado, liderança, 12 jul. 2005)

Nesse sentido, considera-se que essa divisão da memória de Aruega se relaciona também com as reflexões feitas por Erving Goffman (1982) sobre os efeitos do estigma. Ele enfatiza que, algumas vezes, os estigmatizados, ao incorporar o estigma, direcionam-se para a tentativa de correção dos traços “defeituosos”. Segundo esse autor, a aceitação dos valores que os estigmatizam vai ao encontro da vergonha e da vitimização, principalmente, em ambientes nos quais os contatos se tornam mais freqüentes.

É importante salientar que, em Aruega, com a gradual saída dos mediadores e dos excedentes – o que trouxe a crescente necessidade de buscar recursos econômicos, políticos e culturais no restante da cidade –

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabricio Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

possivelmente ocorreram mais “contatos mistos” (Ibidem). Essa relação desencadeou um processo de redefinição da identidade de parte de Aruega, na tentativa de se afastar do estigma.

Sendo assim, a memória do assentamento é dividida também pela reação diferenciada ao estigma entre os assentados mais próximos e os mais distantes da mobilização e organização social. Nesse sentido, uns vão ao sentido de oposição aos estigmatizadores e outros, no sentido da integração. Uma memória tenta enfrentar e alterar o estigmatizador e outra se altera e adapta frente a ele.

A exemplo do trabalho de Pollak (1989), em Aruega, os que querem se integrar enfatizam sua mudança de identidade, sua normalidade, sua atual boa aceitação por parte de Novo Cruzeiro. Os que tendem ao enfrentamento não reforçam tanto a mudança de postura da cidade, vendo-a com desconfiança e atribuindo essa mudança a estratégias interesseiras de Novo Cruzeiro, como, por exemplo, o uso político da escola, busca por apoio nas eleições, melhora no fluxo de comércio etc. Nesse sentido, salienta ID:

Hoje o relacionamento é inté bom, né? Uma que a gente já dá alguma renda também pro próprio município. Vende no município, compra nos armazém. Então, hoje a gente já é enxergado com outra cara. Não é aquela cara que a gente viero pra qui mais [...]. Alguns apóia, mas existe muita gente contra, principalmente aqueles mais poderoso, que têm mais... bens, é contra. Mais a maior parte, principalmente dos pequenos e médios, é a favor. (ID, 47 anos, assentado, liderança, 10 jul. 2005)

Mais por parte dos comerciante, muitos gostô bastante porque a gente, é claro, a gente comprô muito material de construção... é... Esses crédito que a gente recebeu foi comprado muita coisa no conjunto aí mesmo na mão dos comerciante. E hoje a gente tem a maioria do nosso lado. Não é igual foi no princípio não. (NT, 52 anos, assentado, liderança, 12 jul. 2005)

Como Pollak (1989) esclarece, quando se muda a realidade política, essa memória, mais latente, pode emergir. De acordo com as mudanças em Aruega durante esses 20 anos de história, pode-se supor que isso ocorreu com a saída dos mediadores e a crescente influência da população da cidade. Nesse sentido, cada vez mais, os elementos identitários menos ligados ao MST estão saindo da latência, ganhando forma e influenciando os rumos do assentamento. No entanto, considera-se que, neste estudo, a latência não foi fruto de opressão ou censura, mas sim uma estratégia (CANCINI, 2006) de manutenção de valores e memórias que não encontram plena sustentação por todo o grupo.

Note-se também que mesmo os mais afastados da militância do MST consideram que a ação do movimento teve caráter positivo para suas vidas, como retrata o estudo de Carvalho (2002), o que difere muito em relação aos trabalhos de Portelli (2002) e Pollak (1989), que são calcados no estudo da memória pós-nazismo e numa oposição entre memória latente e outra oficial.

Levando-se em conta mais uma vez o trabalho de Pollak (Idem), pode-se questionar se os mediadores do MST estruturaram, ou seja, “enquadraram” a memória de Aruega. Deixando, nesse momento, de lado elementos como criação de hinos, bandeiras, cerimônias etc., que têm caráter simbólico já bem descrito por vários estudos, pretende-se direcionar atenção para um ponto ainda pouco explorado e que está intimamente relacionado com o processo de desenvolvimento da *reflexividade* (GIDDENS, 1991).

Enquanto autores como Martins (2003) consideram que o trabalho do MST conduz os assentados mais ainda para o caminho do “esquecimento”, ficou claro que existem lembranças – em alguns casos via *publicidade* e em outros, via *silêncio* – que contribuíram consideravelmente para a formação identitária de Aruega, seja no foco mais próximo ou no mais afastado do MST. Refletindo mais profundamente sobre os efeitos do trabalho do movimento no assentamento, observou-se que há aproximação entre a forma de estruturação da memória, por parte dos mediadores do MST, e o trabalho da história como forma de construção do conhecimento. A intervenção dos movimentos sociais e do MST, em especial, tem o potencial de trazer à tona elementos específicos da modernidade. Sendo assim, além dos pontos já citados, a historicização – descrita por Nora (1993) como elemento típico da modernidade – tem influência marcante na memória de Aruega.

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

Nesse sentido, essa historicização da perspectiva sobre o passado tende a se afastar do *mito* e valorizar a objetividade, a busca pelo conhecimento verdadeiro e o *logos*. Assim, a fluidez narrativa, mais lúdica e romântica, perde espaço para uma postura mais analítica, sistemática e classificadora do passado, numa linguagem mais próxima do discurso acadêmico. Esses são parâmetros do trabalho do historiador – que percebe a realidade como “objeto de pesquisa”, passível de crítica, reflexão constante e cuidadosa – que se aproximam da forma como parte dos assentados estrutura seu passado.

Seu contraponto é, principalmente, a memória dos mais afastados da dinâmica do MST, que têm memória mais fluida, narrativa, mítica, que se articula, principalmente, em relação à negociação identitária com Novo Cruzeiro, como salientado.

Essa diferença fica clara nos depoimentos sobre as tentativas de despejo em Aruega. Enquanto a perspectiva mítica olha esses momentos como de extremo sofrimento, coragem e angústia, numa situação totalmente desfavorável, a perspectiva mais historicizada tende a analisar esses momentos mais objetivamente, considerando uma gama maior de fatores e interpretações. Um exemplo foi a tentativa de despejo, a maior de todas, que sucedeu outro despejo na região. Parte dos assentados salienta que na outra fazenda houve despejo e Aruega continuou pela extrema valentia, resistência, sofrimento e ajuda divina que o assentamento teve. Outros, numa perspectiva mais analítica, sem desconsiderar a coragem de Aruega, enfatizam o fato de que, para a outra ocupação, a polícia tinha a liminar de despejo e, nessa ocasião, para Aruega, não.

Nesse sentido, esses assentados, mais do que narrar os grandes momentos da memória de Aruega, tendem a uma postura crítica e objetiva do passado, tentando priorizar o conhecimento “verdadeiro”. O depoimento de NT, na procura por restabelecer a verdade dos fatos, diferencia-se de dois pontos importantes para a memória de Aruega. Além de falar sobre o conhecimento de que os policiais não tinham liminar de despejo e que isso foi importante para que eles não pudessem entrar no assentamento, ele também se diferencia ao falar que os policiais “deram marcha ré”, pois não podiam manobrar, e não foram carregados, como alguns assentados salientaram:

Na **verdade** nós já sabia que num tinha **ordem do juiz**. Eles tinha combinado com os fazendero da região pra mode vim fazê o despejo por conta dos fazendero.

A UDR feis uns leilão aí, comeu dinheiro, diz que era pra pagá, que já que eles tinha dispejado lá enbaxo tinha que dispejá nós aqui também. Aí a gente preparô. Assim que eles veio... Nós aqui nessa época tinha mais de duas mil pessoa aqui. Eles era uma faixa de 200 soldado. Aí eles veio, veio vino com as viatura até a padaria. Aí o pessoal veio de encontro, todo mundo, de foice, facão e pau. E chegô, falô: **“Não, ceis num tem ordem, ceis vai voltá pra trais!” E ai eles voltô meio depressa pra trais, né [risos]. Voltô de ré, porque num tinha onde manobrá e aí depois desse tempo eles dexô nós em paiz, né? Aí foi legitimano as coisa mais. (NT, 52 anos, assentado, liderança, 12 jul. 2005)**

Outro ponto, já citado em parte, que demonstra essas diferentes perspectivas, está relacionado à maneira de ver a mudança de identidade em relação a Novo Cruzeiro. Os mais afastados do MST consideram que grande parte dos moradores da cidade, principalmente, da área urbana, mudaram sua perspectiva inicial, fruto de maior conscientização em vista do sofrimento de Aruega e da necessidade da reforma agrária. Como demonstrado, essa postura pode estar ligada à própria tendência de busca pela integração social e diminuição do estigma, por parte dos assentados.

A perspectiva mais crítica sobre o passado não considera que o estigma mudou tanto e, em relação às mudanças, considera uma multiplicidade de fatores como interesses políticos, comerciais etc. Mais calcada também na visão do antagonismo de classe, de cunho marxista, essa postura tende a reconstruir e analisar o passado de forma mais objetiva. Essa postura mais cética, que acrescenta mais fatores na análise sobre o estigma, está retratada, em parte, nos depoimentos de ID e NT citados, sobre o foco identitário mais direcionado para o “enfrentamento”. Nesses pontos, a historicização articula-se bem de perto com a memória dos “fortes e ativos”.

No processo de historicização descrito por Nora está evidente que a corrosão da memória pela história faz com que a memória se refugie em “lugares” específicos: os “lugares de memória”. Em Aruega, talvez esses lugares sejam, no caso da memória sobre a ocupação, as místicas, hinos, bandeiras etc.

É evidente, segundo várias observações e depoimentos, que essas manifestações, nesses 20 anos de vivência, estão, em parte, diluindo-se e perdendo seu significado. Sendo assim, supõe-se que essa memória está sofrendo um processo de historicização intenso. Quanto à memória dos mais afastados do MST, que se supõe ter como “lugares”, principalmente, as missas, procissões, cantos etc., ao que tudo indica, mantém grande parte de sua vivacidade. Essa diferença reforça a suposição de que a lógica do MST induz a historicização da memória.

Com base no trabalho de Lovisolo (1989) e de grande parte da bibliografia trabalhada até aqui, pode-se pensar na possibilidade de essa historicização estar também ligada ao rompimento moderno com a autoridade absoluta do passado, da tradição. Isso pode indicar, para a relação de Aruega com seu passado, o que esse autor caracteriza como “transmissão ativa da memória”, respeito ao hábito como fruto do discernimento. Essa tendência, ao que tudo indica, está ligada à “busca reflexiva pela comunidade suspensa” (ZANGELMI, 2007).

Naturalmente – como Lovisolo ilustra por meio da imagem de *Danton e a Revolução* e Martins (2003) realça de forma fatalista – essa postura tem seus perigos. Não é possível, pelo menos, não é recomendável, obrigar os homens a ser livres – no sentido de reflexivos, sujeitos, críticos – contra sua vontade. As discussões sobre a possibilidade de a ação do MST ter forte cunho autoritário ou emancipador em relação aos camponeses têm essas questões sempre em foco. A fase inicial da ação do MST em Aruega teve direcionamento que não prosseguiu ao longo dos anos, o que pode indicar que esse risco foi contornado com relativo sucesso. Para que esse perigo não ofusque o potencial do estímulo a uma postura reflexiva, talvez seja necessário que os mediadores do MST tenham sua conduta, cada vez mais, pautada pela mesma postura autocrítica que suas práticas incentivam.

Considerações finais

O processo de mobilização social trazido pelo MST – ao romper com o isolamento, propiciar o contato com novas perspectivas de mundo e propor uma nova cultura política – desencadeou o desenvolvimento autônomo e autoconstruído de uma identidade reflexiva, ativa, crítica, com forte noção de que é possível dominar, em grande parte, o futuro, por meio de projetos individuais e coletivos.

Essa identidade foi fundamental para vários avanços em Aruega, como conquistas de infra-estrutura, resistência contra a identidade de *assentado* e fortalecimento de laços comunitários. Nesse sentido, essa identidade permitiu aos camponeses tanto criticar elementos de sua identidade anterior quanto redimensionar as formas de organização típicas do movimento, no sentido de dar maior vazão a sua busca pelo ambiente comunitário.

Porém – com a diminuição da dinâmica do MST, a conquista da terra e a saída dos principais mediadores – Aruega ficou mais vulnerável às pressões estigmatizantes de grande parte dos moradores da cidade de Novo Cruzeiro. Sendo assim, na tentativa de inserção social, os assentados – principalmente os mais afastados do trabalho de organização e mobilização social do movimento – acentuaram o processo de negociação identitária com forte teor de harmonização em relação aos valores da cidade, incorporando e retomando expectativas, aproximando-se da cultura política local e redimensionando sua perspectiva sobre a terra e o trabalho.

Essa trajetória, então, propiciou a formação de focos identitários e memórias distintas, variando em relação a maior ou menor proximidade em relação às práticas do movimento. Formou-se, assim, uma memória da força, do potencial transformador, do enfrentamento, que se associa umbilicalmente ao processo de historicização da memória. Formou-se também uma memória como drama, vitimização, vergonha, luto, passividade, impotência, que hoje, em consonância com as mudanças históricas vividas, junta aos poucos seus fragmentos e sai da latência.

Referências bibliográficas

- ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- BENJAMIM, W. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas*. v.I. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BÉRGSON, H. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2006.

Lembrar em Aruega: esquecimento, silêncio e história

Arnaldo José Zangelmi, Fabrício Roberto C. Oliveira e Izabella Fátima O. de Sales

- CARVALHO, H. M. A Emancipação no Movimento de Emancipação Social Continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOFFMAN, I. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- HALBWACHS, M. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- JEUDY, H. *Memórias do social*. São Paulo: Forense, 1995.
- LOVISOLO, H. A memória e a formação dos homens. *Revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989.
- MARTINS, J. S. *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, 10, dez. 1993.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n.10, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC, n.3, 1989.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana. Toscana: 29 de julho de 1944: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- WEHLING, A.; WEHLING, M. J. *Memória social e documento: uma abordagem interdisciplinar*. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1997.
- ZANGELMI, A. J. *História, identidade e memória no assentamento Aruega – Novo Cruzeiro/MG*. 2007. 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.